

ORIGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA: MODERNIDADE, AGRICULTURA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MODELOS (1922-1970)

THE ORIGINS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF VIÇOSA: MODERNITY, EXPORTATION AGRICULTURE AND MODEL IMPORTATION (1922-1970)

*Maria Aparecida Arruda**

RESUMO

Valendo-se de uma análise histórica, buscou-se contextualizar, por meio das transformações ocorridas na conjuntura econômica (nacional e internacional) e sócio-política, a Universidade Federal de Viçosa, visando compreender as razões que levaram os organizadores a criar naquela cidade uma Universidade Federal. Utilizou-se de fontes documentais oficiais e não oficiais, fontes orais e, de alguns momentos de conversas informais, sem que houvesse uma estruturação prévia (gravação ou formulário semi-estruturado etc). O período analisado (1922-1970), caracterizou-se por momentos de grandes transformações do modelo econômico afetando, significativamente, a forma de estruturação da UFV. O governo de Minas, por considerar as tecnologias nacionais “ultrapassadas”, buscou, na importação de métodos e cientistas norte-americanos uma solução para a construção de uma escola adequada a estratégia política, atendendo aos interesses norte-americanos de ampliação da sua esfera de influência. Esta ligação influenciou na criação da UFV, que, ao mesmo tempo, permaneceu como um agente construtor de sua identidade nacional.

Palavras-chave: Universidade Federal de Viçosa; estruturação; modernização

ABSTRACT

Based on a historical analysis, this paper tries to fit the Federal University of Viçosa into a context that takes into consideration the transformations that took place in the national and international socio-political and economical circumstances, in an attempt to understand the reasons which led the organizers into starting a federal university in the town of Viçosa. Documental sources were used both official and non-official, as well as oral reports and informal talks, without any previous arrangement like a tape recorder or a semi-structured questionnaire. The time span analysed (1922-1970) was characterised by moments of great transformations in the economic model, a fact which considerably affected the way in which the University was structured. The government of the state, considering national technologies as obsolete, went after North-American methods and scientists as a solution for the construction of a college which would be adequate to the political strategy of the time, indulging the North-American interests as to the broadening of their sphere of influence. This link influenced in the creation of UFV which, at the same time, remained as an agent in the construction of the national identity of the institution.

Key words: Federal University of Viçosa; Structuring; Modernisation.

* Mestre em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora de Políticas Educacionais do Departamento das Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del Rei. Contatos: cida@ufsj.edu.br

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise histórica da constituição da Universidade Federal de Viçosa, visando entender as razões que levaram seus organizadores a criar naquela cidade uma Universidade Federal.

Entendendo o sistema de formação educacional como um processo social e político de uma determinada formação histórica, podemos dizer que sistema social e sistema educacional se identificam como um momento de inserção de um determinado grupo a este sistema educacional. Se a estrutura social é diferenciada por fatores relacionados à organização social, econômica, técnica e política, as instituições de ensino que surgem tendem a se organizar também de forma diferenciada e hierarquizada. Neste sentido, procuram formar um quadro de intelectuais encarregados na função de dirigir a sociedade de forma a seguir a lógica já estabelecida.

Dentro desta perspectiva, o ensino superior começa a se apresentar como uma necessidade, sobretudo no que diz respeito à formação de quadros especializados para atender à demanda que se impõe. Contudo, sua elaboração e seu conceito restringe-se a um grupo minoritário. É neste contexto que surgem as primeiras instituições de ensino superior no Brasil.

Apesar do empenho dos jesuítas para equiparar seus colégios e cursos de humanidades às Faculdades de Artes, à semelhança das Universidades européias, a Coroa portuguesa não possibilitou essa iniciativa, dificultando a instalação de Universidades no Brasil.

Somente com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e com o surgimento de novas demandas sociais é que nasceram as escolas para a formação de militares, de medicina, de engenharia, postas pelo Estado nascente, em formação, uma condição *sine qua non* para a formação e capacitação dos novos quadros para a produção de bens de consumo para os setores dominantes e para a formação de profissionais liberais.

Transformações econômicas e institucionais em processo no país, produzidas pela urbanização e pelo reinício do processo de industrialização impulsionaram uma acentuada demanda para o ensino superior, promovendo novas formas de organização social levando a sociedade a um profundo processo de transformações econômicas, sociais, culturais e políticas.

O período se caracteriza pela adequação à modernidade com o surgimento de movimentos de renovação, com reivindicações de uma educação moderna, buscando construir uma sociedade mais justa, provocando o Estado e a elite a refletirem sobre a importância e as condições da educação.

No contexto de uma política autoritária, arrefecendo o anseio de modernização surge a Universidade de São Paulo com uma estrutura organizacional autêntica à universidade liberal, cujo padrão é seguido por outras universidades, tais como a do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Escola de Engenharia de Porto Alegre e Universidade do Distrito Federal.

Este breve histórico analítico permite-nos introduzir uma reflexão sobre o surgimento da universidade, como ela vem atuando no campo social e como poderá nos fornecer um direcionamento quanto à sua perspectiva.

A história da universidade brasileira apresenta, assim, um quadro bastante contraditório, no qual o autoritarismo foi mais forte que as necessidades reais da sociedade e os projetos, desviados para atender a qualificação das elites e sustentar o poder dominante.

É neste universo de contradições que se deu a criação da universidade brasileira, na qual o conceito e a organização do ensino expressam as condições históricas da sociedade.

As universidades que nasciam neste período não tinham como objetivo a formação de profissionais para o mercado de trabalho, mas para o desenvolvimento e a disseminação do saber desinteressado. Seus docentes eram altamente selecionados, reunindo professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, de reputação liberal ou socialista.

É neste contexto que nasce a Universidade Federal de Viçosa, cuja concepção política que vinha sendo implementada baseava-se na perspectiva de um regime liberal-democrático e, portanto, da não interferência recíproca entre Estado e Universidade e Sociedade e Universidade (CUNHA, 1989, CHAUI, 1993).

Origem da Universidade Federal de Viçosa

A Universidade Federal de Viçosa originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, criada em 30 de março de 1922 por meio do decreto 6.053 do então Presidente (equivalente ao que é hoje Governador) do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes.

O Brasil vivia, neste período, um regime político dominado pelas oligarquias regionais que se fundamentavam na agricultura de exportação, caracterizada por monoculturas, cujo principal produto, em torno do qual se organizavam as oligarquias que iriam governar o país até 1930, era baseada na produção de café. Os Estados de São Paulo e Minas Gerais possuíam uma grande importância no cenário nacional, pela produção econômica dos produtos de exportação desenvolvidos nestes dois estados da federação. O primeiro destacava-se por ser o grande propulsor da economia agro-exportadora brasileira, e o segundo, além de produzir para a exportação (em menor quantidade que o primeiro), possuía o maior colégio eleitoral do país. Assim é que constituiu-se a chamada “*política do café-com-leite*”, revezando-se, estes dois Estados, sucessivamente, na direção do poder político nacional.

As Leis e Decretos que originaram a Universidade Federal de Viçosa foram assinadas por Arthur Bernardes, ou como Presidente do Estado de Minas Gerais ou como Presidente da República, cujo mandato presidencial se deu após o término do mandato de Presidente do Estado de onde sairia para ocupar o lugar de Minas Gerais na Presidência da República. A ESAV é inaugurada, oficialmente, em 1926 pelo Presidente da República Arthur da Silva Bernardes.

Para estruturar a ESAV, cujo modelo de ensino já havia sido previamente determinado, seria estabelecido, nos moldes dos “Land Grant Colleges”, um tipo de escola ligada à agricultura dos Estados Unidos, sendo contratado para exercer a função, o Prof. norte-americano, Peter Henry Rolfs. Além de diretor da futura escola, o Prof. Rolfs foi encarregado de elaborar os planos das construções e programas gerais de ensino, colaborando ainda na escolha do local de seu funcionamento. Peter Henry Rolfs ocupava, na época, a direção do “*Florida Agricultural College*” da “*University of Florida*” e todo o planejamento do que viria a ser a “Escola de Viçosa” foi obra sua.

Dentre as cidades localizadas na Zona da Mata, as quais, por orientação governamental, concorreriam no sentido de acomodar a nova escola, Viçosa foi a que se enquadrou, segundo o julgamento da comissão encarregada de escolher o local, como a que apresentou altitude e clima favoráveis à sua instalação. O Presidente de Minas Gerais e, mais tarde, Presidente da República, era viçosense, fato que naturalmente favoreceu Viçosa na escolha por parte dos membros da referida comissão.

Seguindo o modelo dos “*Colleges*” norte-americano, cuja concepção filosófica se pautava pelo princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, tais princípios foram incorporados aos estatutos que aqui iam sendo regulamentados.

A escola nascia, então, com o objetivo de formar técnicos para a agropecuária mineira e brasileira, voltada para instrumentar e transformar a propriedade rural e a vida do homem do campo. Os primeiros cursos criados foram para formação do ensino Fundamental e Médio no ano de 1927. E, a partir de 1928, iniciam-se os cursos superiores de Agricultura e Veterinária, com a primeira colação de grau em 1931.

Na área da extensão foi instituída a “Semana do Fazendeiro”, evento que vem ocorrendo anual e ininterruptamente desde sua criação, em 1929.

Cursos avulsos são oferecidos, dentre os quais contam-se os de Mecânica, de Laticínios, de Apicultura, de Silvicultura, de Algodão. Em 1933, realizou-se o “Mês Feminino”, que constam de cursos sobre assuntos domésticos.

No âmbito da política nacional, acirrava-se a disputa entre os governos de Getúlio Vargas e o ex-presidente Arthur Bernardes. Este embate refletiu na transferência do curso de Veterinária da Escola de Viçosa para Belo Horizonte.

O estilo exclusivamente agrário, referenciado à escola, permaneceu até 1948, e, em 13 de dezembro daquele ano, o Governador de Minas Gerais, Milton Soares Campos, por meio da Lei n.º 272, assinou decreto de criação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG, à qual foi incorporada a esta, a Escola Superior de Agricultura - ESAV, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização (pós-graduação), do Serviço de Experimentação e Pesquisa e do Serviço de Extensão. A esta foi acrescida, em 1965, a Escola Superior de Florestas.

No período da UREMG, a característica mais marcante foi a influência americana, estabelecendo-se com os Estados Unidos um forte vínculo. O intercâmbio entre as duas nações levou seus professores aos Estados Unidos para realizar estudos de pós-graduação, trazendo de lá “experiências e benefícios”, que foram se traduzindo em futuros convênios.

Este fato foi relevante para que se mantivesse um intercâmbio com a Purdue University, onde foi assinado um convênio denominado “Projeto PURDUE-UREMG”, com o objetivo de “*colaborar para desenvolver no Brasil um reconhecimento público do papel da agricultura, da Economia Doméstica e da importância da agricultura eficiente e da vida rural satisfatória na economia*” (LIMA et al, 1996).

Este convênio permitiu a criação dos cursos de pós-graduação na área das Ciências Agrárias, expandindo as atividades e estrutura da UREMG. Também possibilitou a instalação da Escola Superior de Ciências Domésticas, abrindo espaço para as mulheres em uma escola freqüentada quase que exclusivamente por alunos do sexo masculino.

O estilo exclusivamente agrário, comprometido com as questões técnicas, sócio-econômicas e políticas voltadas para a agropecuária, permaneceu até o período em que se deu início à retomada dos primeiros sinais de industrialização¹, desencadeada a partir do final da década de 30, com a conseqüente urbanização das cidades. Este fato foi determinante, ficando cada vez mais difícil concorrer com este setor, que vinha crescendo em marcha acelerada, promovendo alterações na própria estrutura social oligárquica. Esta fase representou uma queda na hegemonia absoluta do setor agrícola e, para dar conta da nova realidade que despontava, transformações significativas foram ocorrendo, passando a incorporar novas técnicas, diversificando o leque de produtos que eram oferecidos à população urbana².

Esta situação, sem dúvida, vem provocar transformações significativas no quadro da educação no Brasil. Máquinas e equipamentos passam a ser utilizados, industrializando os produtos agropecuários, ocorrendo o processo de “urbanização” com a conseqüente transferência do homem do campo para a cidade, mudando então o perfil da população brasileira.

Junto com a industrialização surgiram alguns fatos novos, como a urbanização crescente dos centros mais expressivos, o surgimento da burguesia industrial, do proletariado urbano e a ampliação da classe média. As reflexões de SANFELICE neste sentido complementam nossa análise:

“Houve uma transição, na realidade brasileira, de quatro séculos de civilização agrária com atividades voltadas para o exterior e as relações políticas restritas à “aristocracia” agrária e à “elite” dos letrados para, no século XX, uma civilização acentuadamente urbano-industrial, na qual as camadas médias e o proletariado começam a crescer como categorias políticas. Essa transição evidenciou tensões, golpes políticos, fluxos e refluxos que, até 1945, estiveram vinculados à necessidade que os setores urbanos camadas médias, burocracia civil e militar, incipientes grupos de empresários industriais e proletariado nascente tinham de reduzir o poder político e econômico dos setores agrário-exportadores e importadores, vinculados à cafeicultura como atividade básica. Dos conflitos mais relevantes que se delinearão, destaca-se o ocorrido entre as oligarquias tradicionais e o conjunto de setores sociais urbanos nascentes, bem como seu reflexo no âmbito político, quando as novas forças passaram a forjar diferentes projetos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico da sociedade brasileira” (1986:49).

Nesse sentido, o processo político brasileiro passou a abranger o conjunto dos operários, os setores médios da sociedade e os grupos de trabalhadores rurais, fator que contribuiu para o aumento significativo do proletariado, das camadas médias crescentes e as reivindicações dos trabalhadores rurais. Neste ínterim, desenvolveram-se os grupos políticos de esquerda e a organização universitária, como força política ativa e organizada.

¹ Segundo BASBAUM (1982), o primeiro surto de industrialização brasileira data de 1850. Houve tentativas por volta dos anos de 1835 de construção de estradas de ferro, reclamadas pelos produtores que necessitavam de transporte, mas a primeira realização se concretizou somente em 1854, por iniciativa individual do Barão de Mauá, inaugurando o primeiro trecho de estrada de ferro no Brasil, de Porto de Mauá a Frágoso. A retomada do processo de industrialização entretanto, pode ser caracterizada a partir de 1930, com a participação decisiva do governo central com a construção de usinas produtoras de energia, dentre outras realizações.

² Sobre o assunto cf, SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Crise**, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968; VIEIRA, Evaldo. **Estado e Miséria Social no Brasil**: de Getúlio a Geisel, 2 ed., São Paulo, Cortez, 1985. e BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: de 1889 a 1930, 5 ed., Alfa-Omega, 1986.

As mudanças de ordem econômica ocorridas em consequência da industrialização trouxeram mudanças estruturais na instituição e, com ajuda orçamentária dos governos estadual e federal, juntamente com a Fundação Ford e a United States Agency For International Development - USAID (trad. Agência para o Desenvolvimento Internacional do Departamento Norte-Americano), financiadores do projeto Purdue (este projeto durou quinze anos) possibilitavam a sustentação da reestruturação física.

Foram realizados diversos convênios que permitiram a execução de várias obras, e, além de outras realizações dentre as já mencionadas como a USAID e o projeto Purdue, podemos acrescentar os projetos assinados com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas, CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Fundação Ford, Fundação Rockefeller, dentre outros.

A manutenção destes convênios possibilitou a contratação de docentes, possibilitando a criação e expansão dos cursos de pós-graduação stricto sensu.

Em função do Decreto-Lei n.º 570, assinado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, em maio de 1969, a UREMGE é transformada em Universidade Federal de Viçosa - UFV. A federalização possibilitou a entrada de novos recursos, iniciando-se a abertura de novos cursos de graduação na área de ciências humanas e sociais. Embora com ênfase na agropecuária, a instituição passa a assumir um caráter eclético, expandindo-se noutras áreas. Assim, foram criados cursos nas áreas de ciências biológicas e da saúde, ciências exatas e tecnológicas e, ainda, nas áreas de ciências humanas letras e artes.

Breve Histórico da Universidade Federal de Viçosa

Três momentos podem ser referenciados como marcos importantes na criação da Universidade de Viçosa: o período em que se iniciou como instituição de Ensino Superior, em 1926, o segundo referente à sua transformação em Universidade Rural, em 1948, e o da sua federalização, em 1968.

Pode-se observar, nestes períodos, as grandes transformações do modelo econômico em crise, relacionadas por razões internas e externas, caracterizando um descompasso entre o modelo econômico (modo de produção) e o plano político, aguçando, no contexto brasileiro, a contradição entre capital e trabalho.

No plano educacional, o que a Universidade de Viçosa realiza é o seu ajustamento às novas condições, caracterizando-se basicamente por um processo de “modernização”, cujas práticas produtivas agrícolas estavam sendo consideradas “ultrapassadas”, adaptando seus modelos ao “racional”.

“A busca da eficiência científica e tecnológica seduz as velhas oligarquias. O Estado de Minas Gerais não consegue abandonar o incômodo “status” de segunda força econômica e alcançar a pujança paulista. O atraso deveria ser combatido com o auxílio da ciência e a ingerência de novas tecnologias. A questão central seria como chegar a estas tecnologias. A transposição de experiências externas bem-sucedidas aparece com uma estratégia promissora. (...) Se a não-existência de tecnologias nacionais capazes de impulsionar a economia mineira fez com que o governo de Minas buscasse na importação de métodos e cientistas americanos uma solução para a construção de uma escola, dentro de sua estratégia política, atendeu a interesses norte-americanos de ampliação da sua esfera de influência. A criação da ESAV cria um laço que ligaria dois interesses distintos: os americanos e os das elites mineiras personificadas por Bernardes à frente do Executivo estadual. Esta ligação faz com que seja forte a influência americana sobre a “Escola de Viçosa” e permaneça como um outro agente construtor de sua identidade institucional” (LIMA et al, 1996: 33-34-35).

Neste sentido, no período pós-60, observa-se uma crise econômica que dá seus primeiros sinais de inquietações principalmente porque,

“... com o esgotamento da dinâmica de crescimento dos EUA e no início dos anos 70, com o choque do petróleo, a inflação e o esgotamento do padrão de crescimento industrial europeu e japonês, reduzindo ainda mais a dinâmica de acumulação real nessas economias e gerando crises fiscais na maioria desses países. ... A partir daí começam a ser gestadas as novas bases para equacionar o novo ciclo de crises do capital” (FERREIRA, 1995: 118).

A forma de gerenciamento de trabalho, visando o desenvolvimento, predominante no centro da economia no período que se inicia no pós-guerra até os anos 70, caracteriza-se pela política a que os economistas denominam *fordismo*. Este modelo econômico de gerência contém *na organização e no processo de trabalho* seus pressupostos teóricos. Vale dizer, ainda, um padrão industrial caracterizado por um elevado grau de mecanização e profunda divisão do trabalho.

Até o período de 1970, o modelo de trabalho que predominou foi o mesmo *fordismo*, cujo processo de sedimentação se deu a partir da Segunda Guerra Mundial. Este modelo faz parte das transformações ocorridas no capitalismo mundial,

“caracterizando-se como um sistema econômico de acumulação intensiva de capital, associada à produção e ao consumo de massa, tendo no Estado, a instituição estratégica produtora da sincronia entre a oferta e a procura, equilíbrio alcançado através de políticas de compensação social” (SGUISSARDI, 1997: 29).

A partir da década de 70, este modelo começa a dar sinais de queda de produtividade. Segundo SILVA JUNIOR e SGUISSARDI, isto se deu em função da obsolescência da base tecnológica que lhe dava sustentação. Prosseguem os autores,

“Por outro lado, o capital invertido não produzia a rentabilidade costumeira, em um mercado cada vez menor - relativo à produção em parâmetros fordistas - e mais exigente. Este cenário favoreceu o aparecimento do desemprego e de um progressivo surto inflacionário, fatos que se agravaram com a crise do petróleo, principal combustível industrial nesse momento” (1997: 30).

Esta fase caracteriza-se pelas baixas taxas de crescimento, o que é agravado em razão das altas taxas de inflação, caracterizando um momento de crise do modelo econômico. Este quadro deu lugar aos ideais neoliberais cuja ideologia predominante se baseia na busca do *Estado Mínimo* e da soberania da lógica do mercado, propondo o fim da estabilidade de emprego, na defesa da volta às *“leis naturais do mercado”* e corte abrupto das despesas e dos gastos, em geral, com políticas sociais, baseando-se no princípio básico da liberdade não somente econômica, como também política.

Retomando ainda a citação de FERREIRA com relação às novas bases a ser gestadas para equacionar o novo ciclo de crises do capital. Tais bases encontram legitimação no projeto neoliberal, pelo qual corporações transnacionais e financeiras como FMI, BID, Banco Mundial tornam-se centros de poder em detrimento dos Estados, com tendência a privatizações de empresas estatais, reestruturação do Estado, terceirização da economia, etc..

Para autores como POPKEWITZ, citado em SILVA JUNIOR e SGUISSARDI (1997), encontra-se, então, nas reformas educacionais a modernização das instituições escolares, fator esse que contribuirá para a regularização social decorrente da transição de regimes de acumulação do modo de produção capitalista.

A crise a que se referem diversos autores pode ser entendida tomando-se por base a transição entre diferentes modelos de desenvolvimento. Para FERREIRA,

“A crise do “paradigma” dos processos produtivos taylorista-fordista da gestão da força de trabalho que não dão conta mais de incrementar a produtividade e aumentar as taxas de lucro do sistema capitalista o leva a uma verdadeira revolução tecnológica, denominada por vários autores de terceira revolução industrial” (1995: 118).

Esta tecnologia normalmente está ligada à busca de processamento, difusão e transmissão de informações, inteligência artificial, engenharia genética.

Encontra-se, assim, na articulação da Microeletrônica, da Informática, da Química e da Genética um novo padrão tecnológico para superação da crise. Todo esse processo era organizado de acordo com pressupostos tayloristas-fordistas, baseado na vertente produtivista, assentada em uma extrema divisão do trabalho.

No âmbito nacional, a década de 70 pode ser caracterizada como a desmobilização do movimento estudantil e também, do nascimento do movimento docente, baseado em associações de professores em cada universidade, reunidas todas elas na Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior. Este movimento foi consolidado nas universidades públicas e, progressivamente, nas universidades privadas.

Na UFV é criada a associação de professores, que, mais tarde, tornar-se-ia a Seção Sindical dos Docentes da UFV ASPUV, filiada ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES.

Nos anos de 1979 e 1980, com a eleição dos governos Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos, respectivamente, é que podemos identificar o programa neoliberal colocado em prática.

Inaugura-se, assim, uma nova fase do capitalismo que acompanhado do discurso da “modernização”, após a crise do *fordismo*, como forma de organização do trabalho, instaura uma nova ordem econômica caracterizando um novo momento histórico. Esta nova ordem pode ser considerada uma outra etapa do capitalismo, exigida pelo sistema financeiro e pela globalização do mercado. A nova ordem expressa pelo neoliberalismo refuncionaliza os conceitos de reorganização da sociedade, tendo como fundamento básico o princípio da “livre” concorrência.

A educação, por sua importância política estratégica, merece um papel de destaque nessas propostas de reordenação política e social. A avaliação institucional ressurgiu como um dos fatores para dar rumo à nova ordem econômica. O assunto transforma-se em debate nacional, especialmente a partir da década de 80 para cá, embora o movimento tenha iniciado, na verdade, antes da reforma universitária de 68. Neste momento, ela ressurgiu como instrumento político de ação, sendo colocada como um mecanismo para fazer com que as instituições se conformem ao projeto político do Estado mínimo e às bases de educação que a ele se vinculam.

Em síntese, a questão que podemos observar é que a Universidade Federal de Viçosa estruturou-se no sentido de ajustamento às novas condições, caracterizando-se basicamente por um processo de modernização em suas diversas fases, sempre que consideradas “ultrapassadas”. A não existência de tecnologias nacionais capazes de impulsionar a economia mineira fez com que o governo de Minas Gerais buscasse na importação de métodos e cientistas norte-americanos uma solução para a construção de uma escola adequada a estratégia política, atendendo aos interesses norte-americanos de ampliação da sua esfera de influência. Esta ligação fez com que se tornasse forte a influência dos Estados Unidos sobre a UFV e, ao mesmo tempo, a instituição permaneceu como um agente construtor de sua identidade nacional.

Referências Bibliográficas

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens a 1889*, 4.ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1982.

CHAUÍ, Marilena. A Crise da Educação Brasileira: confusão entre privilégio e direito, In: *I Congresso Internacional Qualidade e Excelência na Educação*, Niterói, RJ, 1993.

CUNHA, Luis Antonio. *A Universidade Temporã*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luis Antonio. *Qual Universidade?* São Paulo, Cortez, 1989.

FAGUNDES, José. *Universidade e Compromisso Social: extensão, limites e perspectivas*, Campinas, UNICAMP, 1986.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A Universidade Brasileira em busca de sua Identidade*, Petrópolis, Vozes, 1977.

FERREIRA, Alice Soares. Reflexões sobre o Processo de Avaliação de Instituições Universitárias, In: Avaliação Institucional de Universidades, *Anais do I Seminário Brasileiro sobre Avaliação Universitária*, UNICAMP/FE, GEPES, 1995.

LIMA, Antonio Luiz de et al. (org.). *UFV 70 Anos: a trajetória da Escola de Viçosa*, texto de Eduardo Lara Coelho, Viçosa, UFV, Imprensa Universitária, 1996.

MANACORDA, Mário Alighiero. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*, 6 ed., São Paulo, Cortez, 1997.

NORONHA, Olinda. História da Universidade. *Revista da APROPUC*, Ano 1, N.º 1, Campinas, SP, 1998.

SANFELICCE, José Luis. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*, 5.ª ed., São Paulo, Cortez, 1986.

SGUISSARDI, Valdemar (org.) *A Avaliação Universitária em Questão: reformas do estado e da educação superior*, Campinas, SP, Autores Associados, 1997.

SOUZA, José Geraldo. Evolução Histórica da Universidade Brasileira: algumas abordagens preliminares. In: *Revista da Educação*, Faculdade de Educação da PUC-Campinas, n.1, ago/1996.

SILVA JUNIOR, João dos Reis & SGUISSARDI, Valdemar. Reforma do Estado e Reforma da Educação Superior no Brasil. In: *Avaliação Universitária em Questão: reformas do estado e da educação superior*, Campinas, SP, Autores Associados, 1997.